

DOCUMENTO DE APOIO AO DIADORIM



Brasília

2019¹

¹ Esta é a quarta versão do documento de apoio ao Diadorim, originalmente publicado em 2011.

SUMÁRIO

Contatos	3
Introdução	4
Acesso aberto	7
Repositórios institucionais	8
Formulário de preenchimento de política editorial	9
Informações específicas de preenchimento de política editorial	13
Questão 14.....	13
Questão 15.....	13
Questão 16.....	13
Questão 17.....	13
Questão 18.....	14
Questão 19.....	14
Glossário	16
Acesso aberto	16
Período de embargo.....	16
Pré-print.....	16
Pós-print	16
Repositório institucional	17
Via dourada	17
Via verde	17
Referências	18

Contatos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados (CGPC)

Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação (COLAB)

Coordenadora

Bianca Amaro

Equipe responsável

Phillipe de Freitas Campos

Raphael Faria Vilas Boas

E-mail

diadorim@ibict.br

Telefone

(+55 61) 3217-6449

Website

diadorim.ibict.br



Introdução

Este documento apresenta ideias e conceitos relativos ao movimento de acesso aberto e informações sobre o Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras (Diadorim), um serviço para auxiliar na gestão dos direitos autorais nos repositórios institucionais. O Diadorim é um serviço desenvolvido e mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O serviço representa mais um dos serviços mantidos pelo IBICT para a promoção do acesso aberto à informação científica.

O movimento pelo acesso aberto discute e propõe estratégias para o desenvolvimento de ações que torne ou ajude a tornar a informação científica acessível a todos os pesquisadores, por meio da disponibilização pública na Internet e livre das barreiras de custo e permissões de acesso. Na primeira grande reunião internacional para a promoção do acesso aberto, em 2001², foi definida duas estratégias para que a informação científica esteja acessível: a via verde e a via dourada. A via verde representa o uso de repositórios institucionais de acesso aberto a ser gerido pelas instituições produtoras de conhecimento científico, onde deve ser armazenada a produção científica de seus pesquisadores. Já a via dourada passa pela criação de revistas científicas de acesso aberto.

Desde 2004 o IBICT vem discutindo essa questão e buscando formas de alcançar o acesso aberto à informação científica. Assim sendo, o Instituto lançou o “Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre ao conhecimento científico” (2005), com um conjunto de recomendações para toda a comunidade científica brasileira para a implantação de ações de promoção do acesso aberto.

Dando continuidade ao processo, em 2009, o IBICT, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), iniciou a distribuição de *kits* tecnológicos para criação de repositórios institucionais em universidades públicas e centros de pesquisas financiados com recursos públicos. Até 2012, 39 instituições foram contempladas com este projeto e receberam apoio técnico e informacional do IBICT. As construções de repositórios

² *Budapest Open Access Initiative*: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

institucionais nessas instituições aconteceram com o apoio do IBICT, tanto em questões técnicas de instalação e configuração das máquinas, quanto em prestação de serviço para formação.

No âmbito jurídico, tentou-se, por duas vezes, aprovar legislações que tratassem de modo específico tanto da questão do acesso aberto quanto da construção de repositórios institucionais. A primeira delas foi o Projeto de lei nº 1.120/2007³, de autoria do então Deputado Rodrigo Rollemberg, dispunha “[...] sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil [...]” e obrigava “[...] as instituições públicas de ensino superior a construir os repositórios institucionais para depósito do inteiro teor da produção técnico-científica do corpo discente e docente”. Além dos dois tópicos iniciais, o Projeto deixaria sob responsabilidade do IBICT toda as questões que envolvessem integração, consolidação e disseminação desses repositórios. Já em 2011, mas agora como senador, Rollemberg submete o Projeto de lei do Senado nº 387/2011⁴, que, em linhas gerais, trazia o mesmo teor do Projeto de 2007, somente com algumas sutis alterações, acréscimos ou supressões. De todo modo, ambos os projetos foram arquivados.

Apesar dessa derrota em âmbito legislativo, Pavan e Barbosa (2017) apontam que iniciativas para fomentar e/ou exigir a publicação em acesso aberto devem vir, também, das agências de fomento à pesquisa, já que “[...] essas instituições estão em posição inigualável de influenciar as decisões dos autores” (PAVAN, BARBOSA, 2017, p. 130). Como exemplo de agências que já desenvolveram algum tipo de normativa sobre a obrigação de publicação em acesso aberto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), e, mais recentemente, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os repositórios institucionais estão presentes em boa parte das grandes universidades públicas brasileiras e representam um serviço de informação da instituição que tem como objetivo armazenar e disseminar sua produção intelectual. Os repositórios institucionais são bases de dados que armazenam as produções científicas de seus afiliados, funcionando como

³ Para consultá-lo na íntegra, acesse o portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>>.

⁴ Para consultá-lo na íntegra, acesse o portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>>.

um instrumento de memória institucional e são possuidores de funcionalidades para a ampla disseminação da informação armazenada, possibilitando maior visibilidade aos trabalhos.

Apesar da crescente adesão brasileira ao uso dos repositórios institucionais como ferramenta de guarda e disseminação da produção científica, esse cenário ainda apresenta alguns desafios, dentre eles o da gestão dos direitos autorais. São recorrentes os receios apresentados pelos gestores desse serviço quanto às permissões para o depósito e disponibilização para o acesso a partir dos repositórios institucionais. Portanto, na busca de alternativas para essa questão, o IBICT desenvolveu o Diadorim.

O Diadorim é um serviço de informações relativas às autorizações concedidas para o armazenamento e o acesso dos artigos das revistas brasileiras em repositórios digitais de acesso aberto. As informações divulgadas são coletadas diretamente com os editores das revistas científicas brasileiras por meio do preenchimento do formulário de cadastro da política editorial no diretório. O objetivo deste serviço é identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas instituições editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais. Constitui-se em uma fonte de consulta importante para que autores e gestores de repositórios não descumpram o acordo de publicação estabelecido entre o autor e a revista, quando do arquivamento de artigos no repositório da instituição.

Acesso aberto

Acesso aberto à informação científica (*Open access*) é a acesso à literatura digital por meio da disponibilização pública na internet dos documentos em texto completo das publicações científicas. O acesso aberto possibilita a leitura, *download*, cópia e distribuição de publicações científicas sem custos para o leitor.

Dentre as vantagens que o acesso aberto proporciona para a comunicação científica, destaca-se o aumento da visibilidade e maximização do impacto dos resultados das pesquisas publicadas em acesso aberto. Segundo estudos realizados em 2001 por Brody; Harnad, Lawrence e comentado por Costa (2006), citações a artigos disponíveis *online* mostraram aumento de mais de 300% em comparação a artigos publicados *off-line*, na mesma fonte. Acerca dessas discussões, os autores afirmam que, além de maximizar o impacto das publicações, o acesso aberto ainda minimiza a redundância de pesquisas e contribui para a aceleração do desenvolvimento científico. Costa (2006, p. 171) ainda ressalta que “o acesso tende, então, a ser a questão crucial do progresso científico em qualquer área do conhecimento”.

As discussões sobre o acesso aberto à informação científica ganharam força internacionalmente com a formalização do Movimento pelo acesso aberto, que através de encontros e reuniões vem traçando estratégias para tornar o conhecimento científico acessível. A primeira reunião internacional para a promoção do acesso aberto, *Budapest Open Access Initiative*, realizada em 2001, definiu dois caminhos para alcançar o acesso aberto à literatura científica, a via verde e a via dourada. A via dourada representa o acesso, sem restrições de uso, disponibilizadas pelas próprias revistas científicas, ou seja, revistas científicas de acesso aberto. Já a via verde acontece pelo acesso aos artigos por meio de repositórios institucionais de acesso aberto.

Repositórios institucionais

Repositórios institucionais são bases de dados destinadas ao armazenamento da produção científica de uma instituição. É um tipo de biblioteca digital destinada ao armazenamento e disseminação somente da produção intelectual oriunda de sua instituição, ou seja, dispõe de serviços de informação científica que se dedica ao gerenciamento de toda a produção intelectual. Esse conjunto de serviços passa pelos processos de identificação, coleta, armazenamento, organização, preservação, recuperação e disseminação do conhecimento científico da instituição (LEITE, 2009).

A preservação dos recursos digitais da instituição, assim como a armazenagem através do arquivamento, dá suporte aos repositórios para que estes cumpram seus objetivos de preservar e promover o acesso aberto ao conhecimento científico. Os repositórios, ao assumirem a responsabilidade de preservar a produção intelectual de uma instituição, estão criando condições para cumprir sua função principal, que é o de possibilitar o acesso à informação científica.

Diadorim

Formulário de preenchimento de política editorial

O formulário de preenchimento da política editorial no Diadorim é composto, ao todo, de 22 questões, que abarcam desde o tipo de suporte, contato, responsáveis, e, por fim, políticas de acesso e arquivamento aos artigos publicados pela revista que está sendo registrada.

É de suma importância ressaltar que todas as respostas dadas ao formulário Diadorim são de inteira responsabilidade da instituição e/ou editor responsável pela publicação da revista e que serão tornadas públicas assim que a submissão for finalizada pela equipe responsável. Assim sendo, recomenda-se que o preenchimento seja realizado pelo responsável que, de fato, tenha conhecimento de todas as questões de acesso e arquivamento permitidas ou não pela revista.

Abaixo, todas as questões presentes no formulário podem ser consultadas antes mesmo do editor iniciar o processo de submissão da revista. Todas as questões marcadas com “asterisco” são de preenchimento obrigatório. Com vistas a dirimir dúvidas, no formulário de registro todas as questões contam com explicações que auxiliam no processo de preenchimento. De todo modo, dúvidas persistentes poderão ser sanadas diretamente com a equipe responsável por meio de contato nos canais já informados.

0. Qual o suporte em que a revista é publicada?*

- a. Revista eletrônica
- b. Revista impressa

1. Situação da revista*

- a. Vigente
- b. Descontinuada (deixou de ser publicada)

2. Título da revista*

3. Outro título

4. Natureza da instituição editora*

- a. Instituição privada
- b. Instituição pública
- c. Organização não governamental (ONG)

- d. Publicação independente
- e. Sociedade civil organizada (sindicatos, associações, cooperativas)

5. Instituição editora*

6. URL*

7. URL OAI

8. ISSN*

9. ISSN-L*

10. Área do conhecimento da revista*

- a. Ciências exatas e da terra
- b. Ciências biológicas
- c. Engenharias
- d. Ciências da saúde
- e. Ciências agrárias
- f. Ciências sociais aplicadas
- g. Ciências humanas
- h. Linguística, letras e artes
- i. Multidisciplinar

11. Editor responsável*

12. E-mail de contato*

13. Telefone para contato

14. Permite o armazenamento e acesso ao pré-print?*

- a. Sim
- b. Não

15. Permite o armazenamento e acesso ao pós-print do autor?*

- a. Sim
- b. Não

16. Permite o armazenamento e acesso ao pós-print da revista?*

- a. Sim
- b. Não

17. Permite o armazenamento e acesso somente a parte dos pós-prints da revista?*

- a. Sim

b. Não

18. A sua instituição editora, considerando as respostas dadas nas questões 14, 15, 16 e 17, atribui qual cor de armazenamento aos artigos da revista?*

- a. Amarela: permite o depósito da versão pré-print de um artigo
- b. Azul: permite o depósito da versão pós-print de um artigo
- c. Branca: apresenta restrições para o depósito das versões pré-print e pós-print de um artigo
- d. Verde: permite o depósito das versões pré-print e pós-print de um artigo

19. A sua instituição editora permite que tipo de acesso aos artigos publicados?*

- a. Acesso aberto imediato
- b. Acesso aberto após período de embargo
- c. Acesso híbrido (permite acesso somente a parte dos artigos publicados)
- d. Acesso restrito

20. Tempo de embargo (em meses)

21. Quando o artigo pode ser disponibilizado em acesso aberto em repositórios institucionais/digitais?*

- a. Imediatamente após a aceitação do artigo
- b. Imediatamente após a publicação do artigo
- c. Após finalizado o período de embargo
- d. Não permite o armazenamento

22. Que tipos de permissões são concedidas ao uso dos artigos publicados por essa revista?*

- a. Permite distribuição, remixagem, adaptação e criação da obra, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY).
- b. Permite distribuição, remixagem, adaptação e nova criação a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o crédito ao autor e que as novas criações a partir da obra utilizem a mesma licença da obra original (CC BY-SA).
- c. Permite a redistribuição, comercial ou não comercial, desde que a obra original não seja modificada e que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY-ND).

- d. Permite remixagem, adaptação e nova criação a partir da obra para fins não comerciais, e que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY-NC).
- e. Permite a remixagem, adaptação e criação da obra, para fins não comerciais, e que as novas criações utilizem a mesma licença da obra original (CC BY-NC-SA)
- f. Permite a redistribuição, não comercial, desde que a obra original não seja modificada e que seja atribuído o crédito ao autor da obra original (CC BY-NC-ND).

 **Diadorim**

Informações específicas de preenchimento de política editorial

O cadastro de revista no Diadorim implica no preenchimento do formulário que conta, atualmente, com 22 questões. As treze questões iniciais são de identificação e contato da revista, e as demais correspondem à política editorial sobre o armazenamento, acesso e uso de artigos em repositórios institucionais.

As quatro primeiras questões da etapa “Políticas editoriais” dizem respeito às permissões concedidas às diferentes versões dos artigos publicados pela revista, a saber:

Questão 14

Permite o armazenamento e acesso ao pré-print do artigo?

O pré-print é a versão do artigo submetida ou não à revista e que, portanto, ainda não passou pelo processo de avaliação.

Questão 15

Permite o armazenamento e acesso ao pós-print do autor?

O pós-print do autor é a versão do artigo avaliada pela revista e corrigida pelo autor, mas que ainda não foi publicada.

Questão 16

Permite o armazenamento e acesso ao pós-print da revista?

O pós-print da revista é a versão do artigo corrigida pelo autor e publicada pela revista.

Questão 17

Permite o armazenamento e acesso somente a parte dos pós-prints da revista?

A questão 16 se difere da questão 17 pelo uso do termo “somente”, que abarca as revistas que adotam o acesso híbrido, em que somente parte dos artigos é publicada em acesso aberto.

A questão 18 é o resumo das quatro questões respondidas anteriormente no que diz respeito, especificamente, ao armazenamento. Deste modo, recomenda-se que o formulário seja respondido na ordem em que está criado, de modo a evitar qualquer tipo de inconsistência entre as informações prestadas.

Questão 18

A sua instituição editora, considerando as respostas dadas nas questões 14, 15, 16 e 17, atribui qual cor de armazenamento aos artigos da revista?*

- a. **Amarela:** esta opção concede ao repositório o armazenamento somente da versão pré-print dos artigos publicados pela revista (versão do artigo submetida, ou não, pelo autor e que ainda não passou pelo processo de avaliação).
- b. **Azul:** esta opção concede ao repositório o armazenamento somente da versão pós-print dos artigos publicados pela revista (versão do artigo avaliada, que pode já ter sido publicada, ou não, pela revista).
- c. **Branca:** esta opção apresenta restrições quanto ao armazenamento de qualquer uma das versões dos artigos submetidos ou publicados pela revista. Neste caso, os dados do artigo poderão ser cadastrados em repositórios, mas o documento não poderá ser acessado. Caso o gestor do RI tenha interesse nos documentos completos da revista, aconselhamos que entre em contato com o editor responsável para que este possa explicar de maneira mais específica o tipo de restrição. Dentre as quatro opções de armazenamento, esta é a mais restritiva.
- d. **Verde:** esta opção concede ao repositório o armazenamento das versões pré e pós-prints dos artigos. Dentre as quatro opções de armazenamento, esta é a mais permissiva.

A questão 19 diz respeito ao tipo de acesso que é permitido aos artigos armazenados em repositórios institucionais. A questão é essencial uma vez que há distinção entre armazenamento e acesso.

Questão 19

A sua instituição editora permite que tipo de acesso aos artigos publicados?

- a. Acesso aberto imediato:** os artigos armazenados em repositórios institucionais estarão disponíveis em acesso aberto imediatamente após sua inclusão em repositórios.
- b. Acesso aberto após período de embargo:** os artigos armazenados em repositórios institucionais estarão disponíveis em acesso aberto somente após finalizado o período de embargo definido pela revista. Nesse caso, quando do preenchimento do formulário, o editor deverá preencher a questão número 20, onde irá informar, em meses, o tempo de embargo.
- c. Acesso híbrido (permite acesso somente a parte dos artigos publicados):** ainda que em menor quantidade, essa já é uma realidade adotada por algumas revistas. Diz respeito àquelas revistas que permitem o acesso aberto somente a parte dos artigos publicados.
- d. Acesso restrito:** neste caso, os dados do artigo poderão ser cadastrados em repositórios, mas o documento não poderá ser acessado. Somente os metadados do registro é que estarão disponíveis aos usuários.

Diadorim

Glossário

Acesso aberto

“[...] significa a disponibilização livre pública na internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de *links* para os textos completos dos artigos, bem como capturá-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal. O pressuposto de apoio ao acesso aberto requer que não haja barreiras financeiras, legais ou técnicas, além daquelas próprias do acesso à internet” (LEITE, 2009, p. 15).

Período de embargo

É o período de tempo que decorre entre a data de publicação de determinado documento em um repositório e a data em que este documento pode ser livremente acessado. Como motivação para uso desse recurso, pode ser citada desde vontade pessoal do autor até potencial patente com o resultado da pesquisa (LEITE, 2009).

Pré-print

“[...] *pré-print* é a primeira versão de um artigo científico, tal como foi submetido, antes da avaliação por pares” (LEITE, 2009, p. 28).

“Um *pré-print* é um manuscrito científico completo que é depositado pelos autores em um servidor público. O *pré-print* contém dados e metodologias completos; é frequentemente o mesmo manuscrito que está sendo submetido a um periódico [...]” (ASAPbio. [201-], tradução nossa)

Pós-print

“[...] é a versão do artigo científico submetida, avaliada por pares, e revisada pelo autor, porém não se trata ainda da versão diagramada e publicada pelo editor, muito embora o conteúdo seja o mesmo” (LEITE, 2009, p. 28).

“[...] *post-prints* é a versão do artigo, conforme publicado. No entanto, em termos de aparência, isso pode não ser o mesmo que o artigo publicado, uma vez que os editores geralmente reservam para si mesmos seu próprio *layout* e formatação. Isso significa que o

autor não pode usar o arquivo gerado pelo editor, mas deve criar sua própria versão envio a um repositório.” (SHERPA/ROMEO, tradução nossa).

Repositório institucional

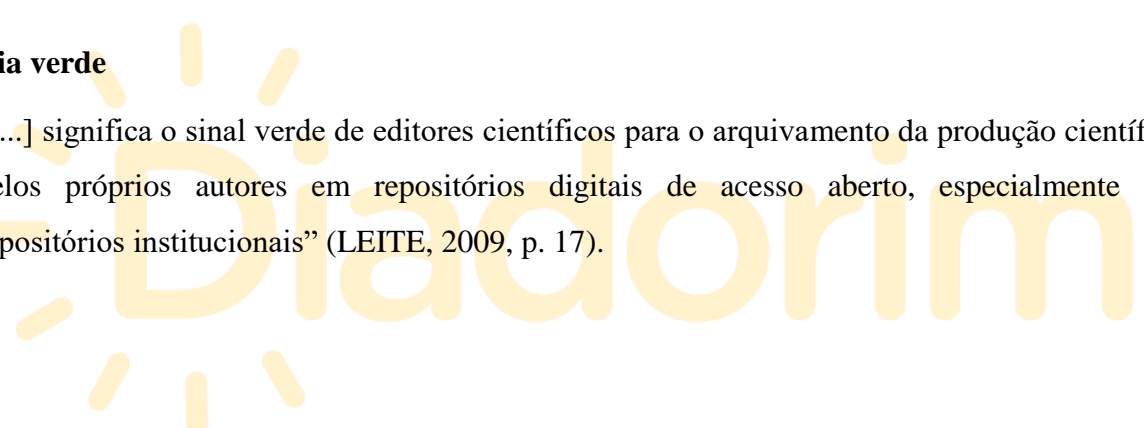
“[...] ambiente digital e interoperável dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição” (LEITE, 2009, p. 21).

Via dourada

“[...] significa o acesso aberto promovido nos próprios periódicos científicos, de modo que os artigos científicos possam ser disseminados sem restrições de uso” (LEITE, 2009, p. 17).

Via verde

“[...] significa o sinal verde de editores científicos para o arquivamento da produção científica pelos próprios autores em repositórios digitais de acesso aberto, especialmente em repositórios institucionais” (LEITE, 2009, p. 17).



Referências

ASAPBio. **What is a preprint?**. San Francisco, [201-]. Disponível em: <<https://asapbio.org/preprint-info>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Projeto de lei nº 1.120/2007**. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

COSTA, Sely. A comunicação científica nos dias atuais: impactos de uma “filosofia aberta”. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA; Brasília: IBICT, 2006. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1013>>. Acesso em: 21 jun. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. ISBN: 978-85-7013-067-9. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SHERPA/ROMEO. **Definitions and terms**. [S.l], [201-]. Disponível em: <<http://sherpa.ac.uk/romeo/definitions.php?la=en&fIDnum=|&mode=simple&version=#colours>>. Acesso em: 24 jun. 2019.